

# Comissão tem poucos 'donos'

A Comissão Mista de Orçamento, nos moldes em que se encontra, foi criada pela Assembléia Nacional Constituinte, e instalada nos primeiros meses de 1989. Antes, durante o regime militar, era um simples aglomerado parlamentar, que apenas referendava o orçamento elaborado pelo Executivo. Sua composição anterior reflete o grande poder que detinha na época o PMDB e, principalmente, o deputado Ulysses Guimarães. Seu presidente, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) — que agora entrega o cargo a um senador do mesmo partido —, era um dos integrantes do *grupo do poire*, que se reunia em torno de Ulysses e à volta de uma garrafa de águardente de pêra, no restaurante Piantella, em Brasília.

O PMDB detinha 31 dos 84 membros da comissão. Além do presidente, era relator-geral adjunto o deputado Genebaldo Correia (BA), também um dos ex-homens de Ulysses. Eram ainda relatores setoriais os deputados Tidei de Lima (SP), Ubiratan Aguiar (CE), Nilson Gibson (PE) e Manoel Moreira (SP). Eles foram os responsáveis, no início deste ano, pela eleição de Ibsen Pinheiro (RS) para a presidência da Câmara, contra Ulysses, e de Genebaldo Correia para a liderança do PMDB. Todos giram hoje em torno da força de gravidade do ex-governador Orestes Quérnia. "Foi a Comissão de Orçamento que elegeu o presidente da Câmara e o líder do PMDB", diz um deputado pemedebista, que prefere manter-se no anonimato, pelo menos nesse caso.

Composta de 63 deputados e 21 senadores, a Comissão de Orçamento, acusam diversos parlamentares, "é um cartório". O deputado Jutahy Júnior diz que ela tem "um pequeno grupo de proprietários" — cerca de dez parlamentares, de acordo com outro deputado pemedebista. O comando geral estaria nas mãos dos deputados Cid Carvalho (presidente), João Alves, do PFL (relator geral), e Genebaldo Correia (relator geral adjunto). Logo abaixo viriam os *pequenos* proprietários: José Carlos Vasconcelos (PFL-PE), José Geraldo (PL-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Luiz Maia (PDS-PI) e Israel Pinheiro (PMDB-MG).

Esses parlamentares controlariam alguns setores da comissão, como Saúde, Educação, Estradas. José Carlos Vasconcelos, por exemplo, é conhecido como "deputado rodoviário". Todos os congressistas podem apresentar emendas à Comissão de Orçamento. As críticas, nesse caso, são de que alguns parlamentares controlam determinados setores, fazendo, como diz Vivaldo Barbosa, líder do PDT, a barganha de emendas: "Você aprova a minha, que eu aprovo a sua, é assim que se faz", reclama o líder, para quem é evidente que aos integrantes da comissão é mais fácil aprovar suas próprias emendas.

A Comissão Mista de Orçamento precisa discutir e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — o molde no qual se encaixará o orçamento da União — até 30 de junho, último dia de funcionamento do Congresso, antes do recesso legislativo. Os congressistas só entram em férias, depois de votada a LDO, que é remetida ao governo. No segundo semestre, no mês de setembro, é que o Executivo envia o orçamento para a análise dos parlamentares. Este é o grande momento da comissão, que tem poderes para mexer nas dotações orçamentárias, através de emendas feitas por deputados e senadores. No ano passado, foram elaboradas 13 mil emendas. "Num país em crise, com recessão, a importância desses parlamentares é enorme", resume o deputado Antônio Brito (RS).